

CADERNOS DE INTERPRETAÇÃO ICONOGRÁFICA

II

O RETÁBULO DA CONCEIÇÃO
(BENÇÃO NUPCIAL A D. MANUEL E D. LEONOR)
EXPOSTO NO MUSEU DE SÃO ROQUE
EM LISBOA

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO

THE
LIBRARY
OF THE
MUSEUM OF
ART AND
ARCHITECTURE
NEW YORK

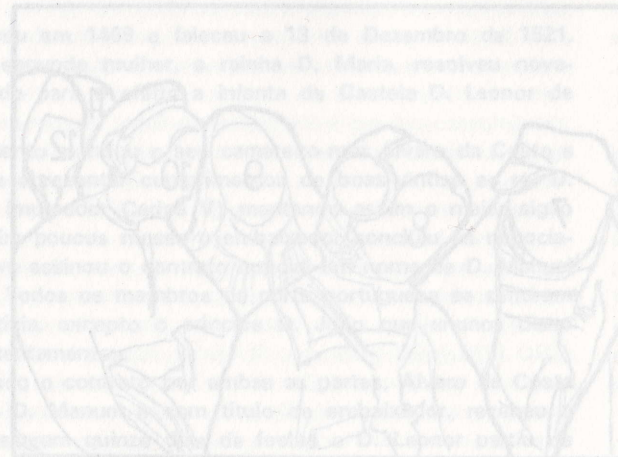
THE
LIBRARY
OF THE
MUSEUM OF
ART AND
ARCHITECTURE
NEW YORK

Retrato de D. Manuel I, rei de Portugal, pintado por Jorge Afonso, c. 1520. O retrato mostra o rei em armadura, segurando uma espada, com um leão ao seu lado. A obra é uma das mais importantes pinturas do período manuelino.

Montagem biográfica

O rei D. Manuel nasceu em 1469 e faleceu a 13 de Dezembro de 1521. Tendo conhecido a sua esposa, a rainha D. Maria, no momento da chegada da armada de Vasco da Gama a Lisboa, casou-se em 1482. A rainha D. Maria nasceu em 1482.

Para negociar o casamento de D. Manuel com a rainha D. Maria, o rei enviou uma delegação a Castela, com o pretexto de negociar o casamento de D. Manuel com a rainha D. Maria. A delegação foi liderada por D. João de Albuquerque, o primeiro governador-geral do Brasil. A delegação chegou a Castela em 1489 e ficou lá até 1491. Durante este período, D. Manuel e D. Maria casaram-se em 1489.



Montagem biográfica

7 - PADRE FRANCISCO REBELLO

8 - RAINHA D. LEONOR

9 - D. BRUNO DE VILHENA, duque de Coimbra

10 - D. BRUNO DE VILHENA, duque de Coimbra

11 - D. BRUNO DE VILHENA, duque de Coimbra

12 - D. BRUNO DE VILHENA, duque de Coimbra

O Retábulo da Conceição
C. 1520.
Pintor: Jorge Afonso.
MUSEU DE S. ROQUE



O RETABULO DA CONCEIÇÃO
C. 1520. Pintor: Jorge Afonso



IDENTIFICAÇÕES DEDUZIDAS

- 1 — D. DUARTE DA COSTA
- 2 — D. GIL EANES DA COSTA
- 3 — D. ÁLVARO DA COSTA
- 4 — D. JAIME, duque de Bragança
- 5 — D. MARTINHO DE CASTELO BRANCO,
Conde de Vila Nova de Portimão
- 6 — REI D. MANUEL

- 7 — PADRE FRANCISCO REBELO
- 8 — RAINHA D. LEONOR
- 9 — SOBRINHA DA SENHORA DE CHIÈVRES, solteira.
- 10 — SOBRINHA DA SENHORA DE CHIÈVRES, casada com o senhor de Fienes
- 11 — SENHORA DE CHIÈVRES
- 12 — D. BRITES DE VILHENA, duquesa de Coimbra.

O PAINEL

Refere o catálogo do Museu de São Roque que representa o casamento do rei D. Manuel com D. Leonor de Castela.

APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

O rei D. Manuel nasceu em 1469 e faleceu a 13 de Dezembro de 1521. Tendo enviuvado da sua segunda mulher, a rainha D. Maria, resolveu novamente casar-se, pretendendo para o efeito a infanta de Castela D. Leonor de Áustria nascida em 1498.

Para negociar o casamento mandou o seu camareiro-mor Álvaro da Costa a Castela com o pretexto de apresentar cumprimentos de boas-vindas ao rei D. Carlos, seu primo, (futuro imperador Carlos V) mantendo assim o maior sigilo sobre as suas intenções. Em poucos meses o embaixador concluiu as negociações necessárias e em breve assinou o contrato nupcial em nome de D. Manuel a 22 de Maio de 1518(?). Todos os membros da corte portuguesa se sentiram satisfeitos com a feliz notícia, excepto o príncipe D. João que «nunca disse mostrou ter gosto ou contentamento».

«Assentado e confirmado o contrato por ambas as partes, Álvaro da Costa como procurador de el-rei D. Manuel e com título de embaixador, recebeu a Rainha em seu nome». Passaram quinze dias de festas e D. Leonor partiu de Castela acompanhada de vários fidalgos, atingindo a fronteira portuguesa em 23 de Novembro. Estava a rainha entre o Duque de Alba e o bispo de Córdova quando aí chegou o primeiro português que lhe foi beijar a mão D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão. Seguiram-se-lhe nessa homenagem o conde de Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, o bispo do Porto D. Pedro da Costa e «por derradeiro o arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa».

A Rainha acompanhada de todos os fidalgos castelhanos e portugueses e sua gente atravessou depois o ribeiro de Sever e passou à margem portuguesa onde a aguardavam o Duque de Bragança D. Jaime e bispos, condes e fidalgos com «sua gente de cavalo» «que passava de dois mil». Entregue a Rainha, o duque de Alba regressou a Castela mas alguns fidalgos castelhanos acompanharam-na até ao Crato onde se deu o encontro com o Rei D. Manuel. «Depois da Rainha ter chegado, chegou El-Rei às nove horas da noite o qual a Rainha veio receber no peitoril da escada da sala, onde se fizeram suas cortesias como dentre marido e mulher». Passado isto beijou a mão a D. Leonor o Príncipe D. João, que viera com seu pai e após ele o Senhor D. Jorge, duque de Coimbra

e mestre de Santiago e de Avis. «E porque a Rainha tinha já ceado, houve logo na mesma sala serão; nesta mesma noite os recebeu o Arcebispo de Lisboa».

«Passados dois dias, em que houve muitas festas, jogos e danças, se despediram os senhores de Castela» com excepção de Monsieur de Tregeny, cavaleiro da ordem do toão de ouro, «que veio para mordomo-mor da Rainha».

Para a servirem, trouxe ela consigo algumas damas entre as quais a mulher de Guilherme de Croy senhor de Chièvres («e duas sobrinhas do mesmo Chièvres, que também vieram com ela, uma casada com Monsieur de Fienes no condado de Flandres, e outra que depois casou com Monsieur António Marquez de Berges, no ducado de Bravante»).

Do Crato saiu o real casal para Almeirim onde a uma légua da vila o aguardavam os Infantes D. Luis, D. Fernando e D. Afonso, acompanhados dos bispos de Lamego e de Viseu e dos condes de Marialva e da Feira. Seguiram depois para Almeirim onde os esperavam as Infantas D. Isabel e D. Beatriz acompanhadas do Duque de Bragança, dos condes de Portalegre, Tarouca e Vimioso, de D. Beatriz, filha do condestável D. Afonso, e de outras damas. No dia seguinte D. Manuel recebeu a ordem do toão de ouro que lhe mandou seu cunhado, o rei D. Carlos de Castela.

«O autor principal que fez vir este casamento a efeito foi o sobredito Guilherme de Croy, senhor de Chièvres que absolutamente governava o rei D. Carlos» pelo que o rei D. Manuel lhe mandou dar um rico presente, assim como à sua mulher e às duas sobrinhas que vieram com a Rainha.

O duque de Bragança, D. Jaime, era sobrinho do rei D. Manuel, por ser filho da sua irmã, a duquesa de Bragança D. Isabel e do terceiro duque D. Fernando II justificado em Évora.

Nasceu em 1469. O rei D. Manuel seu tio, declarou-o seu herdeiro em 1498, posição em que se manteve até ao nascimento do príncipe D. Miguel da Paz, em Março de 1499. Casou em 1502 com D. Leonor de Mendoça que assassinou no ano de 1512 «preocupado de alguma sugestão diabólica». No ano seguinte o rei D. Manuel encarregou-o de chefiar uma expedição a África para conquistar a cidade de Azamor, o que conseguiu com todo o êxito.

Casou segunda vez, no ano de 1520, com D. Joana de Mendonça, dama da rainha D. Leonor. Faleceu em 20 de Setembro de 1532.

O conde de Vila Nova de Portimão D. MARTINHO DE CASTELO BRANCO foi vedor da fazenda dos reis D. João II e D. Manuel, camareiro-mor de D. João III (quando ainda príncipe em 1516 e depois de rei em 1522), regedor das justiças e governador da casa do civil. Foi escolhido pelo rei D. Manuel para seu testamenteiro e também gozou de grande valimento junto de D. João III. O título foi-lhe concedido por Carta de 18 de Maio de 1504.

D. ÁLVARO DA COSTA era filho de uma irmã de D. Jorge da Costa, o Cardeal de Alpedrinha. Servia de guarda-roupa ao rei D. Manuel e «era-lhe muito afeiçoado» quando o príncipe D. João nasceu (6 de Junho de 1502). Por isso, sua mulher Beatriz de Paiva foi escolhida para criar o Príncipe como sua ama de leite. «Pelo tempo adiante subiu Álvaro da Costa a camareiro-mor de El-Rei», o qual «dele muito confiava». O mesmo rei lhe deu o ofício de armeiro-mor que passou aos seus descendentes. «Foi ele quem em Saragoça, em 1517, procurou dissuadir o imperador D. Carlos e o nosso ilustre compatriota e navegador Fernão de Magalhães de celebrarem o famoso contrato de navegação; foram inúteis os seus esforços do que deu parte a el-rei D. Manuel». Foi-lhe concedido o título de Dom para si e seus descendentes pelo rei D. Manuel «por em Castela ter negociado o casamento d'entre ele e a rainha D. Leonor». Em Fevereiro de 1521 foi «deputado» de D. Manuel no contrato de casamento da Infanta D. Beatriz com o Duque de Saboia. Exercia já então o cargo de vedor da fazenda da rainha D. Leonor. Segundo o genealogista Manuel Álvares Pedrosa. Álvaro da Costa «foi o primeiro provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o que fez e ordenou os santos institutos por que se governa» isto é, o seu Compromisso morreu dois anos depois de D. Manuel e foi comendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Avis, com o hábito de Cristo. Segundo outro genealogista, Álvaro da Costa teve a comenda de seu pai e por morte do rei D. Manuel se retirou para Évora onde mandou construir o seu túmulo no mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso.

O Senhor D. Jorge, duque de Coimbra, filho natural do Rei D. João II e, portanto, primo coirmão do Rei D. Manuel, casou em 1500 com D. Brites de Vilhena, filha do Senhor D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança D. Fernando II. Esta senhora, como descendente do Rei D. João I de Portugal, era prima da Rainha D. Leonor de Áustria, também descendente desse rei, e do seu próprio marido.

Do seu casamento nasceram quatro filhos e quatro filhas.

Estas, cujas datas de nascimento se ignoram, foram: D. Helena de Lencastre, que sucedeu no cargo de Comendadeira do Mosteiro de Santos em Lisboa a sua avó D. Ana de Mendonça (1550-1578):

- D. Maria de Lencastre
- D. Filipa de Lencastre
- D. Isabel de Lencastre

Todas estas senhoras entraram juntas no Mosteiro de S. João de Setúbal no dia 24 de Junho de 1529, onde a terceira foi prioreza.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

Victor Ribeiro, A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, p. 289 e seg.

APONTAMENTOS SOBRE A CERIMÓNIA DO CASAMENTO CATÓLICO

O casamento pode celebrar-se numa igreja ou em casa.

No primeiro caso poderá realizar-se ou não, durante a missa.

Os futuros esposos colocam-se na igreja no lugar do costume (ordinariamente junto à balaustrada) com duas ou três testemunhas, convindo também que seus pais e os membros das suas famílias estejam presentes. O padre reveste-se então de sobrepeliz e estola. Se se dever celebrar a missa, toma todos os paramentos (excepto o manípulo).

Tendo o padre feito com o clérigo as saudações do costume, cobre-se e vai para o altar com as mãos juntas. Ao chegar ao altar descobre-se, dá o barrete ao clérigo, sobe ao estrado, ao meio e volta-se para o povo. O clérigo, tendo posto o barrete do padre em lugar conveniente, vai ao lado da epístola, pega no Ritual, abre-o e sustenta-o diante do padre. Ao mesmo tempo, os futuros esposos, tendo tirado as luvas, se as levarem, veem para diante do altar com as testemunhas. Os futuros esposos ajoelham no estrado ou degrau superior ou a alguma distância do altar, o marido à direita e a mulher à esquerda, e as testemunhas conservam-se de pé junto deles. O padre interroga então os esposos para lhes pedir o seu mútuo consentimento, expresso o qual, o padre lhes diz que lhe dêem a sua mão direita. Faz então o sinal da cruz sobre eles e diz: EGO CONJUGO VOS etc.. O clérigo apresenta depois o hissopo ao padre, que asperge os esposos três vezes. Volta-se em seguida o padre para o altar e benze o anel conjugal. Depois o clérigo apresenta o hissopo ao padre que asperge o anel em forma de cruz. O padre entrega o hissopo, pega no anel e dá-o ao esposo. Este mete-o no dedo anelar da esposa, e o padre abençoa-os fazendo sobre eles o sinal da cruz, e dizendo: IN NOMINE PATRIS etc.. Em seguida diz as orações do Ritual e depois os esposos e as testemunhas retiram-se para os seus lugares. Se houver a benção do matrimónio, o padre celebra a missa e durante o PATER voltam os esposos ao altar, e concluído este, volta-se para os esposos e diz orações que estão no missal sobre os esposos. O clérigo torna a pôr o missal na estante e os esposos tornam a voltar para os seus lugares.

Não se abençoam as segundas núpcias. Todavia, se for costume, abençoar o matrimónio quando só a mulher case pela primeira vez, pode conservar-se.

É convenientíssimo que o matrimónio se celebre na igreja; se se contrair em casa, na presença do pároco e testemunhas, devem os esposos vir à igreja para receber a bênção nupcial, mas o padre não exigirá deles novo consentimento.

BIBLIOGRAFIA

P. Le Vavas seur, Cerimonial Romano, Lisboa 1884 p. p. 342 e 344.

A ANTIGA IGREJA DA CONCEIÇÃO

Existiu na freguesia da Madalena, em Lisboa, e o seu nome ainda perdura na actual rua da Conceição, vulgo Retroseiros. Devia ficar aonde estão hoje os dois primeiros quarteirões desta rua, lado direito, vindo da Madalena entre a rua deste nome e a dos Douradores. Era conhecida vulgarmente pelo simples nome de CONCEIÇÃO embora houvesse então a rua travessa de Nossa Senhora da Conceição dos Freires e a rua do Adro da Real Igreja da Conceição. Mas, antes do terremoto de 1755, já era designada vulgarmente como «A Conceição Velha». Estudemos alguns pontos da sua história que nos interessam para a compreensão deste trabalho.

O Infante D. Henrique mandara construir uma ermida no sítio do Restelo, em Lisboa, muito perto do ponto onde as embarcações de alto bordo costumavam fundear, por ser bom o ancoradouro.

Doou-a aos Freires da Ordem de Cristo, de que era mestre e administrador, ordenou que os da mesma Ordem ali fossem pôr em prática as suas indicações: — de oferecer socorros espirituais a todos os mareantes, agasalhando os que chegassem e não tivessem logo para onde ir, ministrando tratamento aos enfermos e praticando outras obras de caridade evangélica.

Nessa capela foram armados cavaleiros da Ordem de Cristo muitos mareantes (entre os quais Vasco da Gama e seu irmão Paulo da Gama) que também aí recebiam a confissão e a comunhão antes de partirem para as descobertas ultramarinas e esperavam o tempo de embarque.

Querendo o rei D. Manuel construir nesse local da capela uma casa religiosa em memória de tais descobertas (o actual convento dos Jerónimos) deu em troca aos freires de Cristo uma casa de maiores dimensões situada na Madalena, a qual tinha sido sinagoga de judeus. Este templo foi purificado, «feito de novo» e consagrado a Nossa Senhora da Conceição.

D. Manuel dotou esta igreja com rendimentos para a sua sustentação e deu-lhe regimento a 29 de Janeiro de 1504, aprovado por Júlio II, que eximiu a igreja e as pessoas dela do poder do Ordinário e as sujeitou a el-rei como administrador da Ordem de Cristo. Desse regimento consta que «a dita igreja de Nossa Senhora é feita e acabada» e dotada na Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo com 50.000 réis de renda anual dada da fazenda real sendo 30.000 reis para o comendador da dita casa, 10.000 réis para a fábrica da dita igreja e outros 10.000 réis, para um capelão principal que era o vigário e 9.000 réis para cada um dos seis capelões restantes que eram pagos pela Casa da Índia. Quer o vigário quer os capelães tinham o hábito de Cristo. D. Manuel impôs-lhes as seguintes obrigações curiosas:

Assim, no artigo 10.º recomenda que os capelães, quando virem os altares revestidos, virão de maneira que lhes não apareçam os pés, e com muita honestidade, e não vindo assim, serão apontados e perderão seus salários. No artigo seguinte manda que o vigário, capelães, tesoureiro e moços de coro são obrigados, cada quinze dias, a rapar suas barbas e coroas, e a trazerem os seus cabelos feitos em tanta altura que lhe apareça meia orelha, para celebrarem como o direito manda, e não o fazendo assim concorrerão em perder seus ordenados.

A primitiva igreja da Conceição era muito vistosa e alegre, de uma só nave, e com uma porta principal virada para o poente e outra para o Sul. Nela havia um altar-mor e dois «travessos».

Em 30 de Novembro de 1519, o almoxarife das obras da Casa da Índia em Lisboa, Afonso Monteiro (vide caderno n.º 3 desta Colecção) fez um contrato com o carpinteiro de maçonaria Afonso Gonçalves, estando presente Jorge Afonso, seu irmão, do qual se extrai o seguinte resumo. O dito carpinteiro obriga-se a fazer quatro poiais e a grade DO RETÁBULO DA CONCEIÇÃO DESTA CIDADE QUE JORGE AFONSO É OBRIGADO A PINTAR. E os ditos poiais que assim o dito carpinteiro há-de fazer, hão-de ser pela mesma maneira que os outros quatro velhos estão feitos que não hão-de servir por serem já podres. E o dito Afonso Gonçalves fará a dita grade em que se assentar o dito retábulo doutra maneira segundo agora se costuma e se possa armar e desarmar o dito retábulo. E seja obrigado o dito Afonso Gonçalves a mudar o sacrário o que no dito retábulo está a fazer umas portas para o dito sacrário. E por tudo isto que assim se obriga a fazer lhe darão dez mil reais e a madeira que for necessária. E o pagamento que lhe fará o dito Afonso Monteiro será segundo se costuma e TANTO QUE EL-REI NOSSO SENHOR MANDAR DAR DINHEIRO PARA ESTA OBRA. Testemunhas: o vigário da Conceição e Jorge Afonso seu irmão. Assinaturas: Afonso Gonçalves; Francisco Rebelo g. vycarius; Jorge Afonso; Afonso Monteiro.

Em 22 de Julho de 1521 a obra dos «pilares e grades» estava pronta, o que foi certificado pelo pintor do Rei, Jorge Afonso.

Muito mais tarde, no século XVIII, o rei D. Pedro II decretou que as terças dos cavaleiros da Ordem de Cristo tivessem o mesmo encargo das comendas dos comendadores e que assim como esses, pelos rendimentos delas, eram obrigados a reedificar, conservar e ornar as suas igrejas anexas, assim também o fossem os cavaleiros a respeito da igreja da Conceição, pelo rendimento das terças. O dinheiro era aplicado para as obras da capela-mor, que por essa ocasião ainda não estavam concluídas e que, sabêmo-lo pelo Padre Carvalho da Costa, consistiram na instalação, nessa capela, de «uma excelente tribuna toda dou-

rada». A igreja era então designada como «Real Colegiada de Nossa Senhora da Conceição».

O terremoto de 1755 pouco prejudicou esta igreja, mas o incêndio que depois se desenvolveu «a abrasou de forma que dela se não via mais que o esqueleto com toda a pedraria estalada. O rei D. José mandou então erigir uma barraca, no sítio da capela-mor, para os Freires rezarem e o corpo da igreja foi demolido por causa do novo plano regular da cidade, sendo então o seu portal colocado na frontaria da actual igreja da Madalena.

O Marquês de Pombal mandou construir uma igreja para os Freires no sítio onde estava a antiga igreja da Misericórdia, conservando a frontaria lateral do templo que ainda hoje podemos admirar na rua da Alfândega. É esta igreja a actualmente conhecida como a Conceição Velha. A igreja e instalações da Misericórdia quase inteiramente destruídas pelo terremoto passaram para a casa professa da Companhia de Jesus, a S. Roque, extinta pelo Marquez de Pombal. Da antiga igreja da Misericórdia escapou do terremoto a capela do Espírito Santo, que é hoje a capela-mor da igreja da Conceição Velha.

Por uma memória apresentada pelos Freires da Ordem de Cristo existente no templo da Conceição Velha quando da extinção das ordens religiosas se sabe que estes Freires eram professores e não regulares, pelo que não estavam dependentes do convento da Ordem em Tomar e eram apresentados (nomeados) pelo rei, como Mestre da Ordem. Segundo um velho documento, a comenda criada pelo rei D. Manuel na igreja da Conceição tinha o título de Santa Maria de Lisboa.

De uma representação que os Freires de Cristo fizeram a D. João VI se tira que o comendador de Santa Maria de Lisboa era «o inspector da dita igreja».

BIBLIOGRAFIA

- Filipe Nery Faria e Silva, *A Igreja da Conceição Velha*, Lisboa 1900.
Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 8 e seg.

OBSERVAÇÃO DO PAINEL E DEDUÇÕES PARA A SUA INTERPRETAÇÃO ICONOGRÁFICA

A figura (3) está identificada pela inscrição na orla do manto da Ordem de Cristo que enverga: D. ÁLVARO DA COSTA 1.º PROVEDOR DESTA CASA. Então, o par que está a ser abençoado por um padre deve ser constituído pelo rei D. Manuel e pela rainha D. Leonor, pois D. Álvaro da Costa teve principal actuação nas negociações do seu casamento. A cena passa-se no transepto de uma igreja de que se vê a capela-mor. Não pode pois representar o terceiro casamento de D. Manuel que foi celebrado pelo arcebispo D. Martinho da Costa numa sala do palácio de D. Manuel no Crato. Assim, deve ser a cerimónia da bênção nupcial após casamento em casa. Logo, as personagens que acompanham o casal real devem ter sido as suas três testemunhas de casamento e outras pessoas da sua família ou das suas relações.

Visto que Álvaro da Costa enverga o hábito da Ordem de Cristo de que D. Manuel era o governador, além de que a única imagem que se vê é um Cristo crucificado é de presumir que esta igreja onde se realiza a cerimónia, seja a da antiga Conceição dos Feires de Cristo de Lisboa. Sendo assim, o sacerdote (nunca um bispo pois não usa mitra, báculo, anel ou luvas) deve ser o vigário da Conceição e D. Álvaro da Costa pode ter sido comendador de Santa Maria de Lisboa. Sabendo-se que Jorge Afonso estava encarregado de pintar o retábulo da Conceição cerca dos fins do ano de 1519, podemos admitir que o painel que estamos estudando é da sua autoria.

Voltando à tentativa de identificar os personagens deste painel pintado cerca de 1520, deduziremos que o sacerdote que abençoa o par real é o vigário da Conceição, FRANCISCO REBELO.

Atrás da rainha D. Leonor encontram-se quatro damas: duas, à frente, jovens e formosas e duas mais atrás (uma, quase encoberta) aparentando idade madura.

A jovem que está mais em evidência usa o cabelo enrolado, à frente, desde a fronte à nuca e sobre ele uma boina segura por um fimal.

A outra tem o manto colocado sobre a cabeça e usa o cabelo penteado para trás e de risca ao meio. As duas senhoras de mais idade usam touca que lhes cobre a testa e oculta as orelhas e, sobre ela, um manto. Surge-nos, naturalmente, a hipótese de que estas damas tenham sido as que acompanharam a Rainha a Portugal.

Então, as personagens 11, 9 e 10 serão a SENHORA DE CHIÈVRES, a sua SOBRINHA casada e a sua SOBRINHA solteira. A senhora (12) deve ser a mesma que se encontra no retábulo que pertenceu à igreja do Paraíso, onde está colocada à frente de três meninas muito parecidas, provavelmente suas

filhas. Ora, em Portugal, a quando do terceiro casamento de D. Manuel, a família aparentada com o rei e com três irmãs era a do Senhor D. Jorge, duque de Coimbra, filho natural do rei D. João II e casado com D. BRITES DE VILHENA no ano de 1500. Então, deve ser essa nobre dama a figura (12). Como seu pai, o senhor D. Álvaro (filho do segundo duque de Bragança D. Fernando) se casou com sua mãe D. Filipa de Melo em 1498, não poderia ter muito mais que quarenta anos de idade em 1420. Mas não estranhemos o facto de ela aparentar idade mais avançada neste painel, pois devemos notar que já tinha sido mãe de oito filhos, já tinha perdido os dentes (o que se vê no painel do Paraíso, em que os lábios estão retraídos por falta do apoio dentário), além de que era bastante feia, sobretudo por possuir um queixo muito saliente.

Dos personagens que acompanham o Rei, três estão colocados lado a lado, atrás dele, e devem ter sido as suas testemunhas de casamento. O do meio, situado atrás de D. Manuel, era por certo o de mais elevada categoria. Ora, como é parecidíssimo com a gravura que representa D. JAIME, DUQUE DE BRAGANÇA, deduziremos ser este nobre titular, sobrinho do rei. Sabendo que ele estava viúvo aquando da chegada de D. Leonor, compreenderemos a razão da presença de D. Brites de Vilhena no séquito da Rainha porque, além de sua parente, era a dama casada de mais elevada categoria do reino.

O personagem que está ao lado esquerdo do duque D. Jaime talvez seja o conde de Vila Nova de Portimão, D. MARTINHO DE CASTELO BRANCO, primeiro português que beijou a mão à rainha D. Leonor quando da sua chegada a Portugal e pessoa da maior valimento junto do Rei.

Atrás de D. Álvaro da Costa encontram-se dois homens, um dos quais está quase encoberto: se notarmos a extraordinária semelhança da figura (1) com D. Álvaro da Costa poderemos pensar que fossem seus filhos. De facto, ele teve três: D. Gil Eanes da Costa, homem célebre do reinado de D. João III; D. Duarte da Costa, armeiro-mor do reino desde 1522, e D. Manuel da Costa que morreu mancebo em 1532. (1). Nesta ordem de ideias, a figura (1) será D. GIL EANES DA COSTA e a figura (2) será seu irmão D. DUARTE DA COSTA, um dos fidalgos que acompanharam a infanta D. Beatriz à Sabóia. A presença bem destacada no painel de D. Álvaro da Costa com dois dos seus filhos leva-nos à hipótese de ele ter sido pintado por sua encomenda a Jorge Afonso. Lembremo-nos de que os comandadores eram obrigados A ORNAR as suas igrejas. Note-mos, ainda, a atitude de D. ÁLVARO, QUE FAZ UM LARGO GESTO COM A mão direita, estendendo o dedo indicador e colocando a mão esquerda sobre o

coração. Voltado para o par real, isso talvez signifique que ele aceitou e cumpriu a incumbência do rei (mão sobre o coração) e que foi o obreiro desta união (gesto da mão direita).

O Rei D. Manuel, de cabeça descoberta e com uma boina na mão esquerda, usa um traje que não é de cerimónia constituído por um saio ou tabardo que desce até aos joelhos, sob uma opa roçagante do mesmo tecido de cor vermelha, calças (meias) golpeadas nos joelhos e sapatos de cor escura, quadrados e recortados na gaspea em golpes angulares semelhando ameias. Esta moda deve ser à espanhola ou à Flamengo (1).

No peito ostenta um cordão de ouro com várias voltas, do qual pende uma joia com rubi central e três pérolas. Usa barbas. O cabelo cortado em franja sobre a fronte, cai-lhe sobre a nuca e, lateralmente, dirige-se de cima para baixo e da frente para trás. Note-se, de passagem, que este retrato de D. Manuel é muito semelhante à sua figuração de um rei-mago no retábulo do Salvador que será interpretado num dos cadernos da presente série.

A rainha Leonor usa vestido de tecido de cor esverdeada cuja parte inferior esconde o calçado. Aberto no peito e apertado com uma fila de botões metálicos (de ouro?) a sua cintura é bastante alta e envolvida por um cinto de peças metálicas, de ouro ou douradas, com uma porção média que desce até aos joelhos. Sobre os ombros e arrastando-se pelo chão vê-se um manto de tecido igual ao do vestido. Várias joias ornamentam a Rainha, formando uma coifa sobre o cabelo e pendendo das orelhas, sendo o cordão que usa idêntico ao do marido, não lhe faltando uma joia semelhante mas sem rubi central. O Traje da Rainha deve ser a moda flamenga (2).

É evidente o estado adiantado de gravidez da Rainha. Sabendo nós que o Infante D. Carlos, seu primeiro filho, nasceu a 18 de Fevereiro de 1520, podemos afirmar que o painel foi pelo menos esboçado antes desta data.

O vigário Francisco Rebelo está paramentado com pluvial, capa que qualquer clérigo pode usar para imprimir maior solenidade às cerimónias. Tem a cabeça coberta pelo barrete, usa o cabelo cortado «de maneira a lhe aparecer me'a orelha», e também, «não lhe aparecem os pés».

Com excepção do rei, todos os homens têm cabeça coberta com barrete

(1) Escreve Frei Luís de Sousa (Anais de D. João III, Vol. I, p. 26) que para o terceiro casamento de D. Manuel toda a corte e até a pessoa del-rei trocou o trajo português pelo castelhano ou flamengo.

(2) Recorde-se que a rainha D. Leonor, filha de Joana, a Louca, vivia na Flandres com sua tia a arquiduquesa Margarida de Austria, regente dos Países-Baixos.

ou gorra ou chapéu (o duque de Bragança). Seria uso, no século XVI, os homens cobrirem a cabeça?

Notemos, por fim, que a igreja em que se passa a cerimónia tem uma capela-mor com abóbada de nervuras e flores, bem dentro da época manuelina».

É impressionante a inteira semelhança da composição do painel com a da iluminura que, segundo se tem julgado, representa o casamento do rei D. João I com D. Filipa de Lencastre (1). Nela também se figura uma cena passada à entrada da capela-mor de uma igreja. Um bispo mitrado e com báculo aproxima as mãos do Rei e da Rainha, atrás dos quais se situam os respectivos cavaleiros e damas presumivelmente as suas testemunhas. Mas, aqui, o Rei e a Rainha usam trajes de cerimónia, não faltando, ao primeiro, a coroa e usando a rainha um vestido de cauda levantada por uma das suas damas. A identificação da fig. (4) como sendo o duque de Bragança D. Jaime permite identificar esta personagem na painel da «Degolação de S. João Baptista», na igreja deste santo em Tomar.

Anotemos ainda que somente no retábulo da Conceição e noutro existente na igreja matriz da Ega encontramos figuras envergando o hábito dos comendadores da Ordem de Cristo: um manto branco comprido, sem mangas, que se segurava na cintura para não arrastar pelo chão quando os freires andavam a pé. A cruz de Cristo era pregada sobre o coração do freire, a meio do peito.

Observemos, por fim, que a alva de que o padre Francisco Rebelo se reveste, repuxada sobre o lado direito, deve ser também um hábito de Cristo, embora não ostentando a cruz no peito, por motivos litúrgicos, se nos lembrarmos de que os vigários de Santa Maria de Lisboa o deveriam possuir obrigatoriamente.

TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO DA VIDA DO PAINEL

Foi executado cerca de 1520 pelo pintor real, Jorge Afonso, para a igreja da Conceição dos Freires de Cristo de Lisboa, provavelmente por iniciativa conjunta do rei D. Manuel (Governador e administrador da Ordem de Cristo) e de D. Álvaro da Costa (possível comendador de Santa Maria de Lisboa).

Para traçar o seu debuxo, Jorge Afonso teve em mente, por certo, as linhas de composição da iluminura do século XV que representa o casamento de D. João I. O painel foi colocado no retábulo feito pelo carpinteiro de marcenaria Afonso Gonçalves, irmão de Jorge Afonso, a expensas do rei D. Manuel pelo seu almoxarifado da Casa da Índia.

O quadro passou, depois, à posse da Santa Casa da Misericórdia, o que se deduz da antiga inscrição que se vê na orla do manto de D. Álvaro da Costa. Como? Sigamos duas hipóteses, baseadas em factos conhecidos.

A primeira é sugerida pela verificação de a data de 1541, que, segundo parece, está escrita no reverso do painel, corresponde ao ano em que D. Duarte da Costa foi provedor da Misericórdia (1).

Assim, D. Duarte poderia ter conseguido passar o painel com o retrato de seu pai, dele e do irmão para a Santa Casa. Isso seria mais fácil se ele também fosse o comendador de Santa Maria de Lisboa. Esta hipótese explicaria a data escrita no quadro que se referiria à entrada na Santa Casa.

A segunda hipótese, talvez a mais provavelmente de admitir, baseia-se no facto de D. Pedro II ter mandado colocar na capela-mor da Conceição «uma excelente tribuna». Deste modo é mais compreensível que os Freires da Conceição se desfizessem do antigo retábulo para dar lugar à nova tribuna.

Em qualquer destas duas hipóteses, o incêndio que se seguiu ao terremoto destruiu o retábulo de D. Pedro II e o painel deve ter escapado por estar na parte da igreja da Misericórdia ou em anexos poupados pelo terremoto de 1755. Dai passou à casa de S. Roque dada pelo Marquez de Pombal à Misericórdia para sua instalação, visto estar vaga pela expulsão dos Jesuítas. Encontramo-lo hoje numa das salas do Museu de São Roque.

(1) História de Portugal, Verbo Juvenil», Vol. 1.º, p. 44).

(1) Victor Ribeiro, A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, p. 332.

O PINTOR JORGE AFONSO E A ORIGEM DA PINTURA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

Sabemos que já era considerado pelo rei D. Manuel «um competente oficial» quando o nomeou para seu pintor... E FILHAMO-LO ORA NOVAMENTE POR NOSSO PINTOR E QUEREMOS QUE ESTE SEJA VEADOR E EXAMINADOR DE TODAS AS OBRAS DE PINTURA QUE SE PARA NÓS OU PARA OBRA QUE NÓS HAVERMOS DE PAGAR FIZERAM POR ALGUNS OUTROS OFICIAIS DO SEU OFÍCIO E ASSIM, NAS QUE SE HOVEREM DE AVALIAR ELE SEJA PELA NOSSA PARTE AVALIADOR.

Por esse tempo também, existia outro excelente mestre pintor, o visense Vasco Fernandes, autor do retábulo da Sé de Lamego executado de 1506 a 1511.

Jorge Afonso tinha a oficina numas casas de grande valor, onde existia uma grande sala, situadas por detrás da capela-mor da igreja de S. Domingos. Por essa oficina passaram quase todos os pintores de nome em Portugal no Século XVI, sendo mesmo um deles, Gaspar Vaz, mencionado como seu «criado» isto é, como educado em sua casa.

Nela trabalhavam, em 1514, Pero Vaz, Garcia Fernandes e Gaspar Vaz. O próprio Vasco Fernandes de Viseu assina como testemunha numa escritura feita no convento de São Domingos a favor de Jorge Afonso.

O pintor Gregório Lopes era seu genro por ser casado com Isabel Jorge, sua filha, e Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes eram seus sobrinhos por afinidade. Além disso, era cunhado de Francisco Henriques, pintor por certo flamengo como deduziu Sousa Viterbo. D. João III renovou-lhe o cargo de pintor real em 1529. Morreu antes de 23 de Junho de 1540.

O facto de Jorge Afonso ser irmão de Afonso Gonçalves levou-nos a uma teoria «genealógica» da evolução da pintura em Portugal e da sua origem baseada na observação de que a grande maioria dos nomes dos portugueses no século XV e no primeiro quartel do século XVI serem constituídos pelo nome próprio, seguido do nome do pai ou do patronímico ou da terra da naturalidade. Também, muitas vezes, o filho mais velho recebia o nome completo do pai. É a partir do século XVI que os patronímicos e toponímicos passam a ser apelidos de família. Como exemplos típicos citemos:

Isabel Jorge, = Isabel, filha de Jorge Afonso

Afonso de Paiva = Afonso, natural de Paiva

Gomes Eanes de Zurara = Gomes, filho de Joane, natural de Zurara.

Então, se Jorge Afonso era irmão de Afonso Gonçalves, deduzimos que este era o irmão mais velho e tinha o nome completo de seu pai, que corresponde ao do pintor do infante D. Pedro e seu companheiro no recontro de

Alfarrobeira e por isso castigado por D. Afonso V que mais tarde lhe perdoou a pedido do desembargador do paço Dr. Lopo Gonçalves. (1) Assim, o pintor Jorge Afonso poderia ter sido filho do pintor Afonso Gonçalves e este irmão dos pintores Alvaro Gonçalves, João Gonçalves e Nuno Gonçalves, filhos de um Gonçalo. Ora, sabemos que D. Afonso V estabeleceu uma tença, em 1450, ao pintor Gonçalo Eanes que tinha sido pintor do seu avô, o rei D. João I. Assim, este artista teria sido o progenitor dos ilustres pintores Gonçalves. Da oficina de Jorge Afonso, seu pretense neto, teriam saído quase todos os mestres pintores portugueses da primeira metade do século XVI, pois mesmo o vi-seense Gaspar Vaz aí foi «criado». E Vasco Fernandes? Este tem o mesmo nome que um pintor português que passou por Barcelona em 1459. Pode ter sido ele o pai do Vasco Fernandes, autor do retábulo da sé de Lamego, e do pintor Pedro Vaz que recebeu uma carta de privilégio de D. Afonso V em 1473. A técnica de Vasco Fernandes exemplificada no magistral anjo da Anunciação do retábulo de Lamego mostra ter ele aprendido a arte com pintor estrangeiro ou formado em país estrangeiro, na Flandres, com toda a probabilidade.

Tracemos, agora, um esquema da teoria familiar da pintura portuguesa dos séculos XV e XVI que teria as suas raízes na Flandres. Porquê? Gonçalo Eanes aparece em Portugal em 1450 e D. Afonso V recompensa-o por ter sido pintor do rei D. João I seu avô. Por outro lado, os seus pretensos três filhos foram excelentes pintores e, pela técnica revelada no políptico de S. Vicente de Fora, artistas formados em oficina flamenga. Poderemos conjecturar que Gonçalo Eanes acompanhou a infanta D. Isabel para a Borgonha e viveu na sua corte em Bruxelas onde os seus filhos teriam escola de pintura na oficina de Van der Weyden, pintor da cidade desde 1433.

Gonçalo Eanes pode muito bem ter sido irmão do pintor João Eanes que estava em Lisboa em 1454 tendo sido nomeado por D. Afonso V pintor da cidade de Lisboa, cargo em que se manteve até 1471, sendo então substituído por Nuno Gonçalves, possivelmente por ser muito velho.

O pintor Gregório Lopes pode muito bem ter sido filho do Doutor Lopo Gonçalves e formado na oficina de seu sogro Jorge Afonso, assim como os pintores Pero Vaz, Garcia Fernandes, Gaspar Vaz, Cristóvão de Figueiredo (?) e Jorge Leal (?).

Contemporâneo de Jorge Afonso deve ter sido o pintor da cidade de Lisboa

(1) José dos Santos Carvalho Iconografia e Simbólica do Políptico de S. Vicente de Fora, pp. 203 e seg.

Luís Fernandes, sendo este, possivelmente, pai de António Luís, também pintor da mesma cidade em 1543.

De Jorge Afonso e de Gregório Lopes foram, respectivamente, filhos o pintor António José e o pintor Cristóvão Lopes.

Hipotética sucessão familiar de Pintores

Gonçalo Eanes
(Pintor do Rei D.
João I).

Francisco Eanes de Leiria
João Eanes
(Pintor da cidade de
Lisboa (1954-1471).

Alvaro Gonçalves		
João Gonçalves (Pintor em Itália)	João Gonçalves 2.º (Falecido cerca de 1494)	
Afonso Gonçalves	Jorge Afonso	António Jorge
Nuno Gonçalves	Miguel Nunes	
DR. Lopo Gonçalves	Gregório Lopes	Cristóvão Lopes

(1) José dos Santos Carvalho Iconografia e Simbólica da Políptica de S. Vicente de Fátima, 2003, p. 292, legendas 11 e 12.



Fig. 4 — A duquesa de Coimbra D. Brites de Vilhena no Retábulo da Conceição (figura voltada ao inverso, para comparação).



Fig. 5 — A duquesa de Coimbra D. Brites de Vilhena e as suas filhas D. Helena, D. Maria e D. Filipa identificadas pelo autor no painel do Casamento da Virgem no Retábulo do Paraíso.

Fig. 2



Fig. 1



Fig. 3



Fig. 1 — Duque de Bragança D. Jaime.
Gravura; Elucitário Nobiliár-
quico, II, 106.

Fig. 2 — O Duque de Bragança D. Jai-
me no retábulo da Concei-
ção.

Fig. 3 — O Duque de Bragança D. Jai-
me no painel da «Degolação
de S. João Baptista» da Igre-
ja de S. João Baptista em
Tomar.

Este caderno foi acabado no Natal-77
Composto e Impresso na
Tipografia S. Pedro — Alcanena
em Janeiro de 1978
500 exemplares.

